



ANA MARIA CAMPOS/anacampos.df@dabr.com.br

# EIXO CAPITAL

## Parente de José Geraldo Maciel, juiz perde cargo por beneficiar Arruda

Aureliza Corrêa/Esp. CB/D.A Press - 2/7/10



Casado com Paula Maciel, enteada do ex-chefe da Casa Civil José Geraldo Maciel, o juiz Fabrício Dornas Carata perdeu o cargo ontem em julgamento no Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT). Processo administrativo disciplinar apontou que Carata pediu transferência para a 8ª Vara de Fazenda Pública do DF no período de férias da titular, a juíza Maria Silda Nunes de Almeida, assumiu a condução de ações de improbidade contra José Roberto Arruda, conseguiu intimá-lo em pouco tempo, coisa que os oficiais de justiça não conseguiam fazer, e, dois dias depois de receber a defesa do ex-governador, o absolveu. Na ação, Arruda é acusado de firmar um convênio para repasses de recursos do DF para Águas Lindas de Goiás, sem prestação de contas, para a ampliação de um hospital. A investigação foi aberta a pedido do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e teve como testemunhas servidores da 8ª Vara de Fazenda Pública e a juíza titular. Maria Silda reverteu a sentença a favor de Arruda. O deputado Augusto Carvalho (SD) e o ex-prefeito de Águas Lindas de Goiás Geraldo Messias (PP) também são alvos da ação de improbidade julgada improcedente por Carata.

## Fim do futuro promissor

Com apenas quatro anos de carreira, Fabrício Dornas Carata era considerado um juiz com carreira promissora. Ele foi assessor do ministro Felix Fischer na Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e juiz auxiliar do ministro Cezar Peluso na Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nos últimos meses, estava lotado na vice-presidência do Tribunal de Justiça do DF. Ele receberá a pena máxima prevista pela Loman, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, de aposentadoria compulsória, com valores proporcionais ao tempo de serviço. O último contracheque de Carata registra um salário bruto de R\$ 40.422,73. No último mês, ele levou R\$ 29,7 mil em valores líquidos.

## Carata absolveu Agnelo

Na passagem pela 8ª Vara de Fazenda Pública do DF, o juiz Fabrício Dornas Carata também absolveu o ex-governador Agnelo Queiroz (PT) em ação de improbidade administrativa, por prática de nepotismo. O Ministério Público do DF pediu a condenação de Agnelo por ter nomeado um casal para cargos comissionados. Carata considerou que não houve irregularidades.



## Defesa: "Magistrado não estava impedido de julgar"

Desembargador aposentado, Edson Smaniotto, advogado do juiz Fabrício Carata, afirma que o magistrado é um especialista em ações de improbidade administrativa. Ele adota a linha de que nem todo erro na administração pública pode significar improbidade. Smaniotto afirma que José Geraldo Maciel não é réu nas ações julgadas por Carata e, portanto, ele não estava legalmente impedido de apreciá-las. A defesa prepara um recurso para tentar reverter a decisão de ontem do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do DF. Foram 17 votos para a condenação entre 20 desembargadores que participaram da sessão. Destes, 14 defenderam a pena máxima, a aposentadoria compulsória.

## Ao propor a criação do Instituto Hospital de Base, o governo Rollemberg apresenta como parâmetro de sucesso o modelo a gestão da rede Sarah Kubitschek. Essa comparação é pertinente?

Não me parece pertinente. São situações muito distintas. A Rede Sarah é nacional, conta com 9 hospitais, atende a 1 milhão e meio de pacientes por ano, não temos pronto-socorro, os nossos hospitais são quaternários, não podem ser comparados a um hospital geral de grande porte com serviço de emergência como é o caso do HBDF. Consideramos sempre saudável o debate público sobre modelos diferenciados para a gestão na saúde, visando o melhor atendimento da população. Se tivéssemos sido consultados a respeito do projeto, nossa sugestão seria que um novo modelo fosse implantado em uma unidade de menor porte, em caráter piloto, e não no Hospital de Base. O HBDF é a grande referência em urgência e emergência no DF e na região do Entorno, contando com profissionais altamente qualificados.

## Qual é a principal diferença entre a gestão do Sarah e o modelo proposto pelo GDF para administração do Hospital de Base?

Li o projeto de lei para a criação do Instituto. Ele contém apenas 3 artigos copiados da lei federal nº 8.246 de 1991 que criou a Associação das Pioneiras Sociais / Rede Sarah de Hospitais, talvez porque sejam realidades muito diferentes. No nosso contrato, temos um sistema muito mais rígido de compras e seleção pública, ambos construídos em conjunto com o TCU e posteriormente auditados anualmente por eles e aprovados. Nosso contrato é de cinco anos, o do DF propõe



## À QUEIMA-ROUPA

### Lúcia Willadino Braga

Presidente da Rede Sarah Kubitschek

**"Se tivéssemos sido consultados a respeito do projeto, nossa sugestão seria que um novo modelo fosse implantado em uma unidade de menor porte, em caráter piloto, e não no Hospital de Base"**

20 anos. Nossos profissionais são contratados pelo regime da CLT, mas nossa lei previu assegurar a previdência privada. Não vi menção à aposentadoria no projeto do Base. Enfim, são legislações e normas muito diferentes, talvez em função de diferentes perspectivas. A implantação da nossa lei consolidou algo que já funcionava com nossos princípios, recursos humanos e estrutura física. Nossa Associação era a antiga Fundação das Pioneiras Sociais, para melhorar a gestão e transformar em rede nacional foi aprovada no Congresso Nacional a lei que previa o primeiro contrato de gestão do país, mas não houve nenhuma mudança estrutural relevante. Significou a expansão de um modelo de saúde que já vinha sendo estudado e aplicado. Foi um processo de dentro para fora. O modelo não se reduz a uma Lei ou contrato, o modelo Sarah foi se desenvolvendo, aprimorando e consolidando ao longo de muitos anos e precisa continuar a se aperfeiçoar.

**Qual é a sua opinião sobre esse projeto em discussão na Câmara Legislativa que discute a**

Ed Alves/CB/D.A Press - 27/10/15



## gestão do Hospital de Base com mais liberdade para contratações? É o caminho para melhorar o atendimento ao cidadão ou há outras formas?

A liberdade de contratação de compras, por exemplo, pode ser um mecanismo que venha a ajudar a agilizar um pouco a gestão. Esta liberdade, no entanto, depende de normas de licitação muito claras, de muita transparência e competência no uso dos recursos. Quando se trata de dinheiro público, não se pode falar muito em "liberdade", é preciso ter muita responsabilidade e mecanismos de transparência e governança que permitam a sociedade e aos órgãos controladores acompanharem a gestão, e nos ajudarem a aprimorá-la. A gestão é muito maior do que a contratação, não adianta ter agilidade para comprar medicamentos, porém não ter um excelente controle de estoque e deixar que percam validade ou faltem no estoque. Quanto à contratação de pessoal, nossa experiência mostra que quanto mais exigente, melhores serão os profissionais e consequentemente o funcionamento da unidade hospitalar.

## Por que a Rede Sarah alcançou níveis de excelência e é considerada um modelo de sucesso?

Trabalhamos com base em princípios filosóficos, que estão afixados nas paredes de todas as nossas unidades que são ligados à qualidade, humanismo e respeito ao patrimônio público. Todos os profissionais são admitidos por seleção pública de alto nível, depois fazem um período de três a seis meses de treinamento para homogeneizar o conhecimento, entender os princípios e se integrar a um modelo realmente interdisciplinar que leva a uma melhor qualidade de atendimento. Não há terceirizações, áreas como higiene, segurança, copa e cozinha, lavanderia são todas compostas de pessoas aprovadas por seleção pública e treinadas, todos são respeitados como profissionais de saúde. O fato de, por exemplo, um auxiliar de higiene fazer uma formação entendendo o que são vírus, bactérias, etc, podendo ver no microscópio, ajuda a manter a infecção hospitalar muito baixa. Todos trabalham em dedicação exclusiva, o que permite maior integração, maior compartilhamento de saberes e maior dedicação a cada pessoa atendida por nós. A valorização do trabalhador e o cuidado com a satisfação dele também é um ponto forte, porque se a pessoa trabalha feliz atende o paciente melhor. Outro ponto fundamental é a informatização. Nossa Rede de Hospitais implantou o prontuário eletrônico desde 1996, e informatizamos todos os sistemas de informação hospitalar e de gestão de materiais, estoques, compras, enfim, temos mecanismos de governança e transparência muito fortes, o que permite maior eficácia e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**SEGURANÇA PÚBLICA /** Até decisão do STF, termos circunstanciados lavrados pela PM terão de passar obrigatoriamente pela Polícia Civil antes de seguir para o Ministério Público e para a Justiça do Distrito Federal

# Regras claras para ocorrência policial

» ANA VIRIATO

Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) não bate o martelo sobre quais instituições têm competência para lavrar termos circunstanciados — documentos com a descrição de ocorrências

policiais —, o Distrito Federal está submetido a uma regra. Apesar da queda de braço entre as polícias Civil e Militar, a PM terá de submeter os dados colhidos durante ocorrência de uma infração ou crime ao crivo da Polícia Civil, sob risco de causar a nulidade dos registros.

As regras baixadas pelo desembargador Cruz Macedo, do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT), determinam que a PM emita o registro das infrações de baixo potencial ofensivo, como ameaças e direção sem habilitação causando perigo de dano, mas repasse esses dados

à Polícia Civil para o cadastramento, a homologação, ratificação e eventuais aditamentos.

Apenas após o trâmite, as informações poderão ser enviadas ao Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) ou à Justiça local — o provimento frustrou as expectativas dos militares, que desejavam ter total independência para lavrar a ocorrência sem passar por uma delegacia.

Ao programa *CB.Poder*, ontem, o presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Civil (Sindepol), Rafael Sampaio, afirmou que o cumprimento da de-

terminação da Justiça é indispensável até que o STF se posicione sobre o tema. "Se é necessário que outra força atue, tem de haver competência constitucional para tanto. Dar um jeito ou uma gambiarra é a pior solução. Todas as vezes em que o Estado se arvora em agir dessa forma, temos situações graves. Disso decorre o abuso", apontou.

Em nota, a Polícia Militar alegou que a confecção do termo pela corporação tem como objetivo facilitar e potencializar o atendimento de ocorrências. A instituição acrescentou que o modelo

"está em vigência na PM desde a publicação no *Diário Oficial*".

Apesar do embate entre corporações, especialistas ouvidos pelo *Correio* argumentam que as novas diretrizes poupam as instituições de um retrabalho. "A PM sempre colheu dados. Portanto, torna-se mais prático que os militares fiquem a cargo dos delitos de pequeno vulto. Assim, os policiais civis deixam de ser onerados com casos pouco expressivos e podem ficar concentrados em grandes investigações", defendeu o consultor em segurança pública George Dantas.

## GILVAN CORREIA DE QUEIROZ

† MISSA DE 7º DIA

Os familiares de **Gilvan Correia de Queiroz**, convidam parentes e amigos para a missa de sétimo dia a ser realizada **hoje (7/6/2017) às 19h na Igreja Nossa Sra. do Perpétuo Socorro, localizada no SHIS E/Q QL 6/8 conj. A, no Lago Sul, em Brasília.**

## JOSÉ MARIA DUARTE

(Médico Pioneiro)

★ 20/10/1929

† 02/06/2017

A esposa Martha, Filhos, Genros, Nora, Netos e Bisnetos do eternamente amado **Dr. José Maria Duarte**, convidam para a missa de 7º dia de seu falecimento a ser realizada no **dia 08 de Junho às 18:30h na Igreja de São Judas Tadeu na 908 Sul.**